

## **Carta aberta: Alerta sobre os perigos do Novo Código da Mineração**

Queremos, através desta carta, alertar a população brasileira para o grande risco que estamos correndo diante do Projeto de Código da Mineração da relatora Greyce Elias, do Avante (MG).

Esse projeto, que não foi discutido com a sociedade civil, propõe que a mineração seja entendida como essencial à vida humana e de utilidade pública, facilitando sua prática no país.

Entendemos que o Novo Código da Mineração é bastante problemático, se apresenta como um infame muro que se constrói entre a sociedade e seu direito à um meio ambiente sadio, tendo como maiores pontos de atenção:

- Flexibilização da fiscalização das atividades minerárias pela Agência Nacional de Mineração (ANM), criando uma “aprovação tácita” dos empreendimentos caso a agência não se manifeste em 180 dias;
- Dispensa de licença ambiental para as atividades de pesquisa mineral que sejam genericamente definidas como destituídas de impacto ambiental;
- Limitação do poder de Estados e Municípios de aceitar ou não projetos minerários em seus territórios;
- Impossibilidade de demarcação de Unidades de Conservação, áreas de proteção ambiental, tombamentos e outras demarcações como Terras Indígenas, Comunidades Quilombolas e Assentamentos de Reforma Agrária, que sejam impeditivos à mineração nas regiões visadas pelas empresas.
- Legalização do garimpo, tornando o garimpeiro um Microempreendedor Individual (MEI) e isentando de licença ambiental a concessão da Permissão de Lavra Garimpeira.
- Ausência de punição para mineradoras e garimpeiros, não prevendo a perda do título quando for utilizado trabalho análogo à escravidão, trabalho degradante e/ou trabalho infantil e, outras infrações como sonegação de informações para pagar menos impostos, operação intencional fora da área de concessão e quando não se cumprirem os determinantes ambientais.
- Não aumento da arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), um dos únicos impostos pago pelas mineradoras e que é um dos mais baixos entre os países minerários.

Diante disso, vemos que a proposta de mudança do Código reflete apenas os interesses do setor mineral e não agrega as necessidades da sociedade brasileira de proteção dos seus direitos e do meio ambiente. Corrobora com os interesses de empresas transnacionais e seus megaprojetos de mineração, incluindo mineração à céu aberto, que tem afetado diversos territórios na Pampa, no Cerrado, na Amazônia e em diversos países da América Latina, além de garantir a continuidade do garimpo, que já demonstrou ser extremamente danoso para os ecossistemas, para as águas e para a saúde da população. Esses projetos são de MORTE e não de vida.

Não queremos que desastres como os de Brumadinho e de Mariana se propaguem pelo país. Nossos biomas estão em risco, nossa saúde está em risco, os modos de vida de populações tradicionais estão em risco. Deste modo, colocar a mineração como “atividade de utilidade pública, de interesse social, de interesse nacional e essencial à vida humana”, torna-se irresponsável e ilegítimo. Uma forma equivocada de conceber o desenvolvimento. Os desastres ambientais vividos no país mostram o quanto a mineração é nociva a qualquer forma de produção das condições materiais de vida dos grupos sociais afetados.

Devastadora de territórios, memória social, conhecimentos tradicionais e projetos de futuro de comunidades inteiras, compromete água, alimentação, produção, redes de cuidado e processos identitários de diferentes gerações. Sobretudo, retira perspectivas de crianças e jovens, ou seja, das futuras gerações. Quem defende Megaprojetos de Mineração, não vive nestes territórios, não sente o impacto de morte na sua vida e na

vida dos seus. É sabido que impactos sociais e econômicos não são sentidos da mesma forma por todas e todos: a dor dos megaprojetos tem rosto, cor e gênero. A Frente “Elas na Luta contra a Megamineração” vem discutindo, de modo particular, como as mulheres dos diferentes grupos sociais são afetadas por esses projetos de morte. Suas rendas são destituídas, suas famílias deslocadas, seus filhos e filhas veem-se com dificuldades de adaptação escolar, suas autonomias (em todas as esferas do cotidiano) são arrancadas. Isso não lhes têm conferido melhoria de vida. É desumano que o Congresso Nacional venha a compactuar com o discurso posto neste Código.

Não aceitamos esse retrocesso. Há uma trajetória de construção de legislações e normas que, a duras penas, têm tentado estabelecer um conjunto de procedimentos para garantir o mínimo de segurança dos empreendimentos minerários (e outros que possam ter impacto ambiental). Esta nova proposta renega todo este processo. O Estado precisa aperfeiçoar o controle em relação à mineração, e não diminuí-lo.

**Utilidade pública é a VIDA, interesse social é a saúde de nossa população, a proteção dos nossos ecossistemas e dos nossos direitos.**

*ATENÇÃO: Entre em contato com os deputados e as deputadas federais e pergunte se no próximo dia 01/12/2021 eles votarão a favor da vida ou a favor dos interesses de empresas da megamineração. A nossa vida ou a deles? Estamos atentas(os) e em luta!*

Frente Elas na Luta contra a Megamineração na Pampa  
Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente - APEDeMA-RS  
Associação Amigos do Gomerl (AAG)  
Associação Terceira Via  
Comitê de Combate à Megamineração no RS - CCM  
Grupo de Pesquisa Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade - TEMAS/UFRGS  
Sesunipampa - Seção Sindical dos Docentes da Unipampa  
EcoLavras Bioma Pampa  
Movimento Roessler para Defesa Ambiental  
AIPAN - Associação Ijuicense de Proteção ao Ambiente Natural  
Instituto Mira-Serra  
União Protetora do Ambiente Natural - UPAN  
Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural - AGAPAN  
Instituto Econsciencia  
Centro de Estudos Ambientais - CEA  
DESMA/UFRGS - Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica  
Grupo de Pesquisa Tuna: gênero, educação e diferença - Unipampa/CNPq  
Curso de Educação do Campo - Unipampa/Campus Dom Pedrito  
Amigos da Terra Brasil  
Amigos do Meio Ambiente - AMA Guaíba  
Instituto Guaicuy  
Projeto Manuelzão  
Grupo São Sepé Sustentável  
Marcha Mundial de Mulheres - RS  
Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB  
Associação Brasileira de Agroecologia - ABA-Agroecologia  
União pela Proteção do Rio Camaquã - UPP Camaquã  
Associação para Grandeza e União das Palmas - AGrUPa